

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A reação conservadora e o medo de ousar

NEWTON RODRIGUES

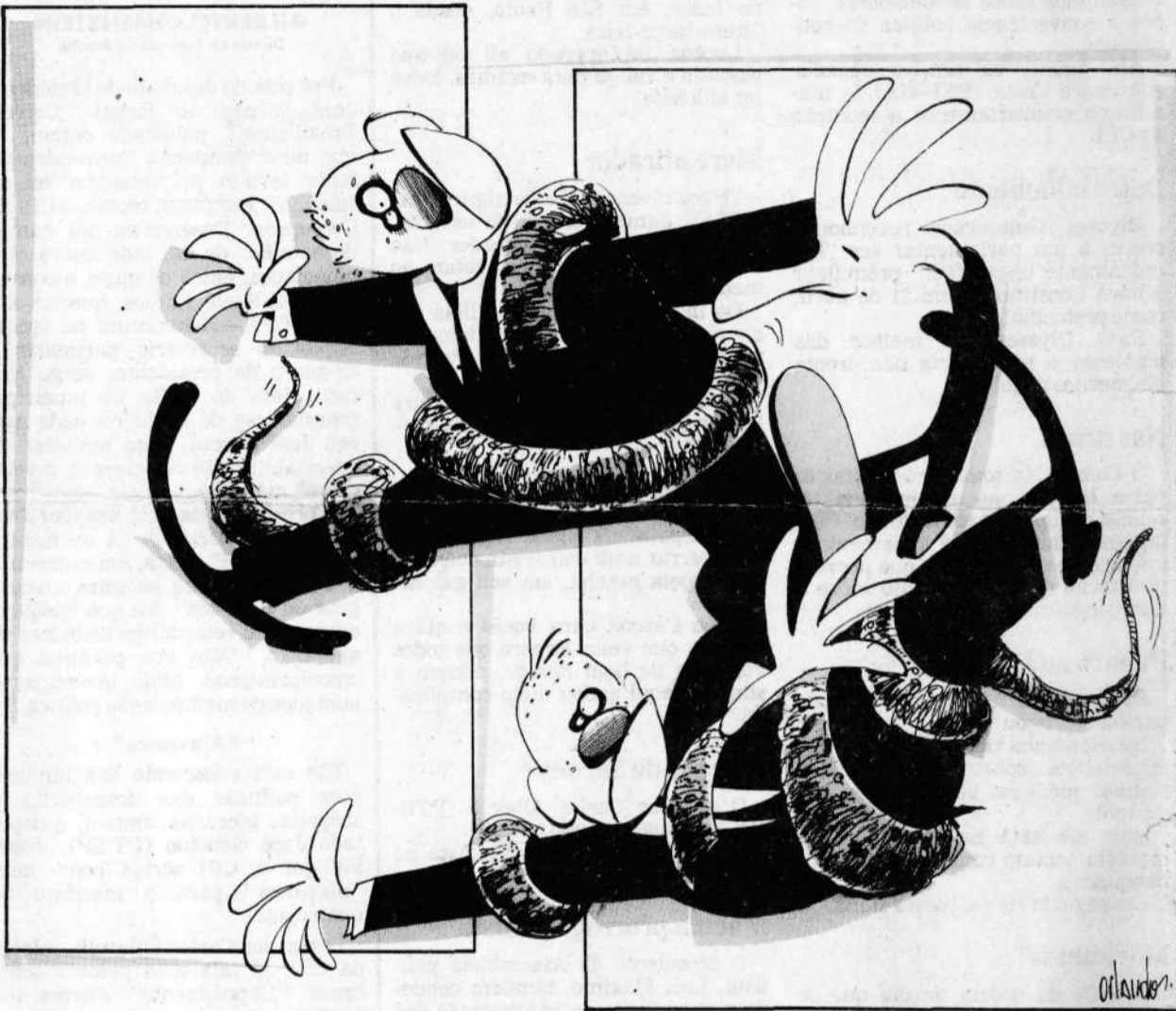
Três temas táticos, especificamente políticos, dominam as expectativas, tendo como palco a crise econômico-financeira que os condiciona, sem determiná-los: a) o destino final do mandato de Sarney Costa; b) a ameaça de cancelamento das eleições municipais; c) a postura que irão adotar os centro-liberais e centro-esquerdistas do PMDB. Intimamente entrelaçadas, essas questões, se mal equacionadas de imediato, permitirão novos avanços do conservadorismo, do centro-direita e da direita propriamente dita, que sangram em saúde depois da contundente vitória do último dia 22, quando o Planalto conseguiu fazer ponta e dupla, impondo o mandato de cinco anos e o presidencialismo, apesar da manifesta tendência anterior contra ambas opções.

Ao contrário do que muita gente supõe, tecnicamente o mandato do Grande-carona não está definido podendo, tanto ser reduzido de um ano nas Disposições Transitórias, como ampliado para seis. De fato, as duas alternativas têm poucas chances. Embora a decisão quadrienalista não dependa, em teoria, do prazo designado em geral, para o mandato de chefe de Estado, pois o caso de Sarney é específico, as duas medidas sempre estiveram no mais íntimo entrelaçamento. A tal ponto que, na votação sobre o sistema —se parlamentarista, ou presidencialista— dominou a postura de oposição ou adesão ao Planalto, sendo inúmeros os que, embora contra governos de gabinete, optaram por ele por verem nisso o meio mais fácil de livrar-se de Sarney Costa; e vice-versa.

O uso simultâneo do aço e do ouro decidiu o triunfo situacionista, graças ao medo que facilitou a ação de generais blefadores, que venceram a batalha na manobra, sem precisar travá-la, e aos altos preços alcançados no balcão de negócios. A liberação, agora determinada pelo Conselho Monetário Nacional, de 4 milhões e 295 mil OTNs, a alguns municípios, é em parte o início de pagamento a serviços políticos prestados. Salvo a incidência de fatores imprevisíveis e improváveis (morte do presidente, golpe militar etc.) deve-se admitir que o governo e as forças sob seu comando adquiram condições suficientes para impedir a suposta discriminação, isto é, a outorga a Sarney de um mandato menor que o de seus sucessores.

As medidas de arrocho que se anunciam e podem satisfazer aos Judas da política aumentarão a impopularidade da trupe oficial; mas, neste país nada democrático, a opinião pública, salvo em pouquíssimos episódios (campanha abolicionista, declaração de guerra ao Eixo) foi mantida à margem das decisões. O malogro da campanha "diretas-já" e a votação do vexame de terça-feira são dois exemplos recentes. Demais a mais, o prazo certo em que se dará a finalização da próxima Carta dificulta a mobilização popular, mesmo que se julgue possível cometer a África de obtê-la, apesar do esvaziamento quase geral das lideranças, do desânimo decorrente de tantas decepções e da abulia ou ação contrária dos governadores, decisivos na mobilização pelas diretas, em 84/85.

A primeira condição para vencer o adversário é fazer uma avaliação precisa do quadro de luta e este não favorece o mandato quadrienal que deve portanto, ser deixado no plano



das hipóteses nas quais, de momento, não cabe concentrar esforços, embora deva haver audácia e decisão, se o imprevisível ocorrer. Por outro lado, a tentativa em gestação de assegurar seis anos para o atual mandatário tem chances reduzidíssimas de êxito, pois o próprio envolvimento das Forças Armadas, em grau passivo, fez-se em torno de cinco anos. O sexênio poderá servir, entretanto, como elemento de pressão, para manter na defensiva os oposicionistas, mas sua adoção esbarra em dificuldades tão grandes quanto a votação pelos quatro anos, só ocasionalmente se firmará, se for ajudada por muitos erros oposicionistas.

O perigo mais sério está configurado na tentativa de adiar, de novo, as eleições municipais. A farsa é repetitiva, nesta pseudo-democracia que tem horror à cédula. Foi assim, por exemplo, em 1980, com a Emenda Constitucional nº 14, e a transferência foi outra vez ensaiada em 1985, quando tentou-se impedir a escolha popular dos prefeitos das capitais e dos municípios então emancipados. Frustrada a incursão, procurou-se violar o dispositivo legal das incompatibilidades e inelegibilidades, para que os prefeitos em exercício pudessem candidatar-se e foi trabalho impedido, pois vários eram do PMDB em marcha ascensional. O golpe de agora interessa, em princípio, e muita gente: a governadores, aos quais o cancelamento daria alívio a angústias presentes e tempo para retificar a máquina, de que necessitam para novas e às vezes incofessadas pretensões; a setores peemedebistas, temerosos da punição das urnas, além, é lógico, de a milhares e prefeitos e vereadores de múltiplas siglas, grudados no

casco adernado da "Nova (ora, pois!) República".

Um dos méritos políticos de Tancredo Neves foi tanto como candidato, como na qualidade de presidente eleito, contribuir para que não se cancelasse o pleito de 1985, pelo qual foram incorporados ao processo eleitoral milhões de novos eleitores e iniciada a renovação de quadros políticos. Mas Sarney, perjuro público, aceitará qualquer coisa que lhe sirva ao jogo, enquanto alguns generais-aspirantes (aspirantes à tutela, já se vê) estarão prontos a repetir, se lhes for possível, a mesma condenação de "inconveniência" que ergueram contra a eleição presidencial, em 1985 e agora. Esta é, pois, uma questão decisiva de cujo desfecho dependerá o jogo de poder seguinte. Da mesma maneira que as anteriores, a prorrogação de agora visa à manutenção da máquina de sustentação ao pleito presidencial e, conforme o tempo de adiamento, ao de governadores. Tal bloqueio, além de tudo, significará a manutenção no poder de situações derrotadas, e caducas, em vista do crescimento do eleitorado e das modificações ocorridas nos últimos anos.

Esta é, pois, uma questão-chave a ser enfrentada, para o que há boas condições, uma vez que, além de repulsa popular que o projeto causa, há forças ponderáveis, entre quais se incluem todos os aspirantes a prefeituras, o conjunto de siglas que não tiveram oportunidade de concorrer da última vez, e além de setores importantes do próprio PMDB, partidos que por convicção ou necessidade desejam o pleito, a fim de poderem estruturar-se ou reestruturar-se. O cancelamento brutal das eleições após a nova derrota das "diretas-já", lançará a

Constituinte no ralo da abjeção e consagrará oficialmente uma ditadura disfarçada, exercida pelo Clubão, sob a guarda de centuriões que fizeram toda sua carreira como agentes violentos e prestigiados da ditadura.

Disso tudo decorre a necessidade de novo instrumento político, suficientemente amplo e firme, capaz de englobar em suas fileiras camadas, setores e tendências dispostas a conquistar o poder para a realização de reformas políticas e sociais, radicais no sentido de transferir o poder de decisão das sedes cúpulas onde se encontra, para a base popular. Nem o PT, pela estreiteza de seu programa e proselitismo; nem o PDT, pelo aspecto caudilhesco e vacilante que o caracteriza; nem o PSB, espécie de clube de intelectuais, estão em condições de impulsionar, no momento, a marcha para essa conquista, devido ao grau de rejeição que encontram em áreas importantíssimas da sociedade e em núcleos fundamentais de decisão.

A chamada ala progressista do PMDB, de todos os agrupamentos políticos, é quem melhores condições reúne para, em aliança com aquelas e outras forças, bloquear o retrocesso corrente a oferecer ao país a chance de uma solução de custo social mais baixo que o decorrente de um confronto caótico que se aproxima. Seu dever, pois, consiste em criar esse novo instrumento de ação, para o qual existem as principais condições necessárias. Menos, infelizmente, a coragem de ousar.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES é jornalista e analista político; foi editor da revista "Senhor", do jornal "O País" e diretor-redator-chefe de "O Correo da Manhã".